



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Redeclenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Permanência estudantil na UEFS: desafios e produção de conhecimento

Ana Karolina Silva Santos¹; Rita de Cássia Oliveira Carneiro²

1. Ana Karolina Silva Santos, PVIC/UEFS, PEDAGOGIA, e-mail: anakarolinasilvaeufs@gmail.com

2. Rita de Cássia Oliveira Carneiro, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: rcocarneiro@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: permanência e assistência estudantil

INTRODUÇÃO

A permanência estudantil representa um dos grandes desafios da educação superior no Brasil, pois está diretamente relacionada à inclusão, à equidade e à democratização do acesso e da continuidade nos cursos universitários. Políticas de assistência estudantil têm sido implementadas com o intuito de garantir condições mínimas para que estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam concluir sua formação acadêmica. Tal contexto destaca a importância de analisar essas políticas à luz das pesquisas acadêmicas recentes, que apontam avanços, lacunas e desafios no seu desenvolvimento e aplicação. Esse relato de pesquisa tem como foco central os desafios relacionados à assistência e permanência estudantil no ensino superior resultantes de teses dissertações defendidas nos últimos cinco anos, para posteriormente analisarmos os avanços e desafios das políticas de permanência da UEFS à luz dessa produção acadêmica recente. Observando o acesso às universidades, especialmente por meio de políticas afirmativas e programas voltados aos alunos cotistas e de baixa renda, tornou-se um debate importante, discutir as condições que possibilitam a continuidade e a conclusão do curso para estes estudantes.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo analisar o estado do conhecimento sobre as políticas de permanência e assistência estudantil na educação superior no Brasil. Ao analisar as práticas institucionais de permanência adotadas pelas universidades, identificando os programas implementados e avaliando sua eficácia para o público ao qual está destinado, será possível também compreender avanços e desafios das políticas de permanência implementadas pela UEFS. Buscando analisar os dados obtidos nessas produções acadêmicas, essas permanências através de pesquisa bibliográfica, a fim de compreender de que modo tais políticas favorecem ou podem contribuir para a exclusão de determinados grupos sociais. Foram analisados aspectos quantitativos, como a distribuição dos trabalhos por ano, região e tipo de pós-graduação, além dos principais temas abordados, evidenciando práticas exitosas, inovações, e os entraves estruturais, financeiros e sociais que comprometem a efetividade das políticas

Se faz necessário salientar a importância do debate acerca das políticas de assistência e permanência no ensino superior e dos desafios que ainda se impõem para sua

implementação e efetivação, relacionando as necessidades de uma educação que considere as desigualdades históricas e sociais na formação acadêmica dos estudantes.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

O presente relato de pesquisa foi construído a partir de um levantamento de teses e dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES, referentes aos últimos cinco anos, sobre permanência e assistência estudantil no ensino superior, com o objetivo de mapear o estado do conhecimento produzido nesse período e analisar os avanços e desafios dessas políticas.

As buscas foram realizadas no site da CAPES, utilizando o descritor “assistência e permanência estudantil no ensino superior”, o que resultou em 172 trabalhos, sendo 21 de doutorado, 88 de mestrado, 57 de mestrado profissional e 2 profissionalizantes.

Optou-se por não incluir produções realizadas durante o período da pandemia de COVID-19, por representarem uma realidade excepcional que poderia distorcer os resultados da análise. Além disso, foram descartados trabalhos que, embora situados dentro do recorte temporal, restringiam-se a abordar períodos anteriores, como de 2010 a 2018, sem contribuições efetivas para o contexto mais recente. Também foram excluídos os trabalhos que tratavam de forma exclusiva de públicos específicos, como estudantes indígenas, LGBTQIA+ ou oriundos de comunidades rurais, uma vez que não atendiam ao objetivo delimitado da pesquisa, o qual não foca em grupos particulares ou condições excepcionais.

Foram igualmente desconsideradas as produções que não abordavam diretamente o ensino superior. Outro critério estabelecido foi a inclusão apenas de trabalhos disponíveis na íntegra e de forma gratuita, de modo a garantir a completude e a transparência da análise.

A partir da aplicação desses critérios foram selecionadas 3 teses de doutorado e 2 mestrados. Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, tendo como principal recurso a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, além da análise de artigos científicos, legislações e documentos oficiais que tratam da permanência no ensino superior, com especial atenção às políticas afirmativas e aos programas de apoio estudantil.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das teses e dissertações sobre políticas de permanência e assistência estudantil evidencia que, embora essas políticas tenham avançado significativamente, persistem desafios importantes para sua efetividade. Estudos recentes, como o de Moraes (2022), indicam que a implementação da assistência estudantil na Universidade Federal do Ceará (Campus de Russas) apresenta contradições e limitações quanto à cobertura das ações, refletindo nas subjetividades dos estudantes atendidos. Apesar dessas lacunas, a pesquisa demonstra que a assistência estudantil é essencial para promover inclusão e pertencimento social dos estudantes em contextos de vulnerabilidade econômica.

Pesquisas realizadas nas universidades federais da região Sul do Brasil (Polo, 2023) revelam que a operacionalização da assistência estudantil enfrenta desafios relacionados à implementação e à gestão de políticas públicas. Os dados indicam contradições entre o

planejamento institucional e as necessidades reais dos estudantes, especialmente no contexto de uma política educacional marcada por reformas pós-2000 e pela influência de governamentalidade neoliberal. Ainda assim, os programas estudados oferecem mecanismos de apoio financeiro e social que buscam atender vulnerabilidades diversas, embora nem sempre de forma universal.

O estudo de Lima (2022), na Universidade Federal de Campina Grande, mostra que programas como a Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG) exercem influência significativa na permanência estudantil, mas reproduzem elementos de governamentalidade neoliberal, com mecanismos de controle e regulação que impactam o cotidiano dos estudantes. As entrevistas realizadas evidenciam formas de resistência dos estudantes e a importância da articulação entre gestão, técnicos e movimentos estudantis para maximizar os efeitos positivos da assistência.

Na Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, Castro (2023) identificou que, apesar da relevância do PNAES para a permanência estudantil, o programa não consegue democratizar plenamente o acesso aos benefícios, atingindo apenas uma parcela dos estudantes potencialmente beneficiários. Entre 2016 e 2020, apenas 11% das solicitações foram efetivamente atendidas, e ações fundamentais, como a instalação de um restaurante universitário, não foram implementadas. A pesquisa evidencia que a dotação orçamentária insuficiente compromete a universalidade das políticas, ainda que avanços, como o Cadastro Único de estudantes beneficiários, tenham sido realizados.

Alves (2022), em estudo sobre a Universidade Federal de Uberlândia, reforça que, embora a assistência estudantil contribua para a conclusão do curso, sua eficácia depende de um conjunto articulado de ações que contemple múltiplos fatores determinantes do sucesso acadêmico. A pesquisa aponta limites na implementação das políticas, evidenciando que a assistência, isoladamente, não é suficiente para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, sendo necessário integrar medidas pedagógicas, sociais e financeiras.

De maneira geral, os resultados apontam que as políticas de assistência estudantil no Brasil possuem importância central na redução de desigualdades e na promoção da permanência acadêmica, mas enfrentam limitações estruturais, orçamentárias e institucionais. As teses e dissertações analisadas mostram que, embora haja avanços na inclusão de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, o alcance das políticas ainda é parcial, e a efetividade depende de articulação entre os diferentes níveis de gestão, dos programas institucionais e das políticas públicas nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o estado do conhecimento sobre as políticas de permanência e assistência estudantil na educação superior no Brasil, a partir de uma revisão sistemática de teses e dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES nos últimos cinco anos. A análise dos trabalhos revisados evidenciou que, embora as políticas de assistência estudantil tenham avançado significativamente nas universidades públicas, ainda existem desafios estruturais, institucionais e orçamentários que limitam sua efetividade.

As pesquisas analisadas mostram que programas como o PNAES, a Residência Universitária, o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG) e iniciativas

estaduais, como o Mais Futuro, têm contribuído para a inclusão de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, promovendo a permanência e a conclusão dos cursos de graduação. No entanto, a cobertura dessas políticas permanece parcial, e fatores como contingenciamento orçamentário, centralização da gestão e limites na execução local comprometem o alcance pleno dos benefícios ofertados.

Observou-se que a assistência estudantil não pode ser considerada isoladamente; seu impacto depende da integração com outras ações institucionais e políticas públicas, como apoio pedagógico, programas de permanência acadêmica e iniciativas de inclusão social. As políticas analisadas também refletem tensões entre diferentes perspectivas de governamentalidade, ou seja, de lideranças políticas do poder executivo, especialmente o federal.

Outro ponto importante destacado nos estudos revisados é que, embora haja avanços na democratização do acesso à educação superior, a efetividade das políticas de permanência ainda é limitada frente às desigualdades socioeconômicas e regionais do país. O estudo evidenciou a importância de programas contínuos, articulados e flexíveis, capazes de atender às necessidades de estudantes de diversas realidades, garantindo que o direito à educação seja concretamente assegurado para todos.

Por fim, este trabalho contribui para o entendimento das políticas de assistência e permanência estudantil ao reunir evidências recentes sobre sua implementação, alcance e limitações, oferecendo subsídios para a reflexão crítica e aprimoramento dessas políticas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ilza Maria da Silva et al. **A assistência estudantil na educação superior: contribuições e limites relativos à conclusão de curso do estudante bolsista da UFU**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.
- CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará e as condições de permanência dos estudantes do Campus de Altamira**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- LIMA, Maria Janete de. **Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2022.
- MORAES, Michelly Linhares. **A assistência estudantil no Campus da UFC em Russas: uma avaliação a partir das perspectivas dos estudantes atendidos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- POLO, Daniela Brun et al. **Desvendando a assistência estudantil: as diferenças entre o auxílio estudantil e os serviços de permanência estudantil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Toledo, 2023.